

MICROEMPRESA E DIREITO DO CONSUMIDOR

BREW, C.C.¹, MARQUES, C.L.²



GRUPO DE PESQUISA CNPq
Mercosul e Direito do Consumidor
Área – Direito do Consumidor



¹ Carolin Camara Brew, Acadêmica da Faculdade de Direito, UFRGS
² Profª Drª Claudia Lima Marques, Faculdade de Direito, UFRGS



CSA - Ciências Sociais e Aplicadas

INTRODUÇÃO

As microempresas são essenciais nas economias regionais e nacionais. Desempenhando funções como a realocação de desempregados e a contratação de trabalhadores, as microempresas costumam trabalhar com áreas bastante específicas. Todavia, sua posição jurídica dúbia acarreta, por vezes, no desencorajamento do empreendedor. Dos centros de estética às empresas de segurança, as microempresas necessitam, muitas vezes, relacionar-se com empresas de maior porte. Mas seriam, nestes casos, consumidoras? Algumas doutrinas afirmam que não, visto que esses empreendedores estariam utilizando insumos com o intuito de suprir as necessidades de suas empresas e, assim, melhorar sua produtividade. Todavia, como é possível afirmar a total inexistência de relação consumerista entre microempresas e empresas de grande porte? Segundo o artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor, "consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final", onde "destinatário final" não está especificado. Assim sendo, é possível averiguar a relatividade do caráter de consumidor das microempresas ao fazerem uso de insumos. Ademais, a especificidade dos serviços prestados por parte de microempresas pode as tornar hipossuficientes frente às peculiaridades dos serviços contratados. Dessa forma, esses pequenos empreendimentos poderiam ser, mais uma vez, vítimas de abuso. O conhecimento mais detalhado dessas relações poderia encorajar pequenos empreendedores a criarem novos negócios.

OBJETIVOS

- encontrar a maneira mais adequada de classificar as microempresas quanto ao termo "consumidor"
- encontrar uma forma de aumentar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor nos casos de microempresas hipossuficientes ou lesadas por relações com grandes empresas

METODOLOGIA

O estudo analisa, através de uma revisão bibliográfica, os conceitos existentes na literatura e busca exemplos de jurisprudências relevantes dos últimos dez anos.

RESULTADOS

Os resultados parciais do levantamento realizado até o presente momento demonstram que a aplicação do Código de Defesa do Consumidor a microempresas ainda é pouco frequente. Todavia, os casos favoráveis, em que a justiça tem considerado a microempresa como hipossuficiente e/ou vulnerável frente às grandes empresas, podem servir como incentivo a futuros microempresários.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN A.H.V, MARQUES C.L., BESSA L.R. **Manual de Direito do Consumidor**. 1ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; 2008. 411p.
- OLIVEIRA J.M. **Consumidor-Empresário- A defesa do finalismo mitigado**. 1ª ed. Belo Horizonte: Arraes Editores Ltda; 2012. 130p.
- Pesquisas Jurisprudenciais dos Tribunais de Justiça dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.



MODALIDADE DE BOLSA

PROBIC/FAPERGS